

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.928 - SC (2019/0042885-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : NILTON DE SOUZA
ADVOGADOS : CLAITON LUIS BORK - SC009399
GLAUCO HUMBERTO BORK - SC015884
JULIANA DANIELE FERREIRA MAY - SC037735
AGRAVADO : OI S.A
ADVOGADOS : WILSON SALES BELCHIOR - SC029708A
CRISTIANE CARVALHO - CE024207B
MARIANA PONTES BRAGA MONTENEGRO - CE029568

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por NILTON DE SOUZA contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

A denegação se deu em virtude (i) da aplicação da tese repetitiva firmada no julgamento do REsp 1.033.241/RS (Tema 46) e (ii) da incidência das Súmulas nºs 7 e 518/STJ e 284/STF.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

Preliminarmente, importante consignar que a decisão impugnada pelo recurso especial foi publicada na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Considerando que a decisão agravada se baseou em entendimento exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos, incabível o agravo em recurso especial, a teor do que dispõe a parte final do art. 1.042 do Código de Processo Civil de 2015.

Conforme disciplina o § 2º do artigo 1.030 do Código de Processo Civil de 2015, *"Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021"*.

Quanto ao mais, constata-se que as razões do agravo deixaram de impugnar a incidência das Súmulas nº 518/STJ e 284/STF, atraindo, portanto, a aplicação do disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, que impõe ao relator não conhecer do recurso *"que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

Importante frisar que, no recente julgamento do EAREsp 746.775/PR, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018, a Corte Especial deste Tribunal reafirmou o entendimento no

Superior Tribunal de Justiça

qual é **necessária a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de incidência da súmula 182/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

